

Os saberes de estudantes assentados sobre Pronaf Jovem em Santana do Livramento/RS

Knowledge of settled students about Pronaf Jovem in Santana do Livramento/RS

Fabio Bissolotti

Tecnólogo em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento, RS.

E-mail: fabiobissolotti.aluno@unipampa.edu.br

Alessandra Troian

Doutora em Desenvolvimento Rural. professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/UNIPAMPA), Campus Santana do Livramento, RS.

E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br

Mitali Daian Alves Maciel

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Campinas, SP.

E-mail: mitali.maciel@gmail.com

GT11. Elaboração e análise de políticas para a agropecuária

Resumo

O crédito rural, em especial, a linha de crédito Jovem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), constitui-se como um relevante mecanismo de incentivo a permanência da juventude na agricultura familiar. O presente estudo visa analisar os saberes dos estudantes, jovens assentados, acerca da linha de crédito Pronaf Jovem, no município de Santana do Livramento/RS. Metodologicamente, a pesquisa apresenta abordagem mista. Na etapa quantitativa, foram aplicados questionários estruturados contendo questões abertas e fechadas a 41 jovens assentados, estudantes do ensino médio da Escola Estadual Antônio Conselheiro, com idades entre 15 e 22 anos. Os resultados foram analisados através da estatística descritiva. Na fase qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas e a análise foi conduzida a partir de uma aproximação da análise de conteúdo. Os resultados revelam que, embora todos os jovens apreciem a vida no campo e 63,41% desejam permanecer nele, apenas 24% conhecem o Pronaf Jovem. Ainda assim, o crédito influencia a decisão de ficar no campo e a perspectiva de desenvolver projetos agrícolas. A desinformação e o baixo conhecimento sobre a existência do programa emergem como os principais desafios enfrentados pelos jovens rurais no acesso ao crédito.

Palavras-chave: Agricultura familiar, jovens rurais, política de crédito, crédito rural.

Abstract

Rural credit, especially the Pronaf Jovem credit line of the National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF), is an important mechanism for encouraging young people to stay in family farming. This study aims to analyze the knowledge of students, young settlers, about the Pronaf Jovem credit line in the municipality of Santana do Livramento/RS. Methodologically, the research has a mixed approach. In the quantitative stage, structured questionnaires containing open and closed questions were administered to 41 young settlers, high school students at the Antônio Conselheiro State School, aged between

15 and 22. The results were analyzed using descriptive statistics. In the qualitative phase, semi-structured interviews were carried out and the analysis was based on the content analysis approach. The results show that although all the young people like life in the countryside and 63.41% want to stay there, only 24% are aware of Pronaf Jovem. Even so, the credit influences the decision to stay in the countryside and the prospect of developing agricultural projects. Misinformation and low awareness of the program's existence appear to be the main challenges faced by young rural people in accessing credit.

Keywords: Family farming, rural youth, credit policy, rural credit.

1. Introdução

A formulação de políticas públicas surge da necessidade do Estado em responder a problemas sociais, em áreas como saúde, educação, habitação, segurança e agricultura (Souza, 2006). No cenário rural, o apoio do Estado aos produtores rurais, inicia-se na década de 1935, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), passando por uma significativa transformação ao longo do tempo (Redivo, 2018). Até a década de 1990, a agricultura familiar, antes relegada à subsistência, era negligenciada em favor do agronegócio em escala industrial e da produção de *commodities* para exportação (Grisa, Wesz Junior e Buchweitz, 2014).

A trajetória do apoio à agricultura familiar no Brasil foi marcada pela criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap), em 1994, um marco com resultados modestos (Silva *et al.*, 2023). O Provap abriu o caminho para a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. O Pronaf representa o “reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência” (Schneider, Cazella e Mattei, 2021, p. 14).

O Pronaf tem com a missão fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares, oferecer suporte técnico e financeiro para impulsionar o desenvolvimento rural sustentável e contribuir para a criação de empregos e renda nas áreas rurais (Carvalho e Costa, 2020; Schneider, Cazella e Mattei, 2021). O programa passou por diversas mudanças ao longo do tempo, em especial, a partir do ano de 2003, incluindo a expansão do público-alvo, ajustes nos prazos de pagamento e redução das taxas de juros. Desde o Plano Safra 2003/2004, o Pronaf diversificou as suas opções de financiamento, lançando novas linhas para atender às necessidades de diferentes grupos da agricultura familiar (Mattei, 2015), como a linha de crédito para a juventude rural, o Pronaf Jovem.

Marin (2020), destaca que, a partir de 2003, o Pronaf Jovem passou a beneficiar jovens rurais de ambos os sexos, membros da agricultura familiar. Em seus princípios norteadores, a política de crédito idealiza criar alternativas produtivas geradoras de renda, facilitar a permanência no meio rural, construir processos de autonomia financeira e melhorar a qualidade de vida pela interligação da juventude rural aos mercados, ao sistema bancário e às redes de instituições de desenvolvimento rural.

O Pronaf Jovem, como política pública, busca contribuir para a redução do êxodo rural motivada pela necessidade de enfrentar o problema da sucessão na agricultura familiar, após mobilizações que destacaram a importância da inclusão social da juventude rural. O programa oferece condições para que os jovens busquem a emancipação pessoal e financeira, oportunidade de empreender, com suporte técnico e financeiro para projetos próprios ou

familiares, visando o aproveitamento eficiente dos recursos (Breitenbach e Troian, 2020; Marin, 2020).

Embora o Pronaf Jovem seja uma relevante política pública para a agricultura familiar, em termos de acesso, o programa atinge um número limitado de jovens rurais, revelando a existência de diversas barreiras que impedem a concretização de seus objetivos. A atuação do Pronaf Jovem em todo o território brasileiro apresentou desempenho insatisfatório entre os anos 2004 e 2016. De acordo com Gugel *et al.* (2017), foram registrados apenas 2.889 contratos, totalizando R\$ 18,6 milhões, o que representa uma fração mínima dos recursos e contratos do Pronaf. O excesso de burocracia, a baixa credibilidade dos jovens junto aos agentes financeiros e a insuficiente divulgação, refletem as dificuldades enfrentadas pelo programa, comprometendo a sua execução. Com efeito, o fato pode resultar na ausência de autonomia pessoal e na diminuição da permanência dos jovens no campo.

Breitenbach e Troian (2020), em estudo realizado no município de Santana do Livramento/RS, analisaram as perspectivas dos jovens rurais acerca da permanência no meio rural e o interesse na sucessão familiar. A pesquisa revelou que, entre os jovens que pretendem cursar o superior, 49,1% não têm interesse em voltar para o campo após a sua conclusão. Além disso, 35,6% dos jovens não desejam ser sucessores e 49,2% não têm interesse na gestão das propriedades rurais. As autoras também apontaram para os fatores que contribuem para a saída dos jovens do meio rural em Santana do Livramento/RS, são eles: i) as dificuldades do trabalho agrícola e de acesso às unidades de produção; ii) a escassez de terra e a baixa autonomia gerencial e financeira; e iii) a pressão econômica exercida pelas grandes propriedades.

A compreensão da juventude, enquanto categoria social, demanda uma análise aprofundada dos diversos contextos econômicos, históricos, sociais e culturais que moldam a vida dos jovens. Ser jovem é estar em uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, caracterizada por um período de crescimento e desenvolvimento físico, emocional e social. A juventude que pode ser definida por uma faixa etária específica (entre 15 e 29 anos, segundo a Organização Ibero-Americana da Juventude), é um período marcado pela busca de identidade, independência e construção de um papel social. A fase da juventude pode ser vista como um período de criatividade, inovação e potencial para mudança, refletindo o dinamismo e a adaptabilidade dos jovens na sociedade (Troian, 2014; Troian e Breitenbach, 2018).

A concepção de juventude adquire variações particulares quando se trata de jovens rurais. Os jovens rurais, de acordo com Troian e Breitenbach (2018), enfrentam desafios únicos, como o acesso limitado a recursos educacionais e de saúde, oportunidades restritas de emprego e, muitas vezes, pressões para migrar para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida. No entanto, ser jovem em áreas rurais também pode significar um forte vínculo com a terra e a comunidade, valorização das tradições e resiliência. A juventude rural, portanto, representa um grupo que, apesar das adversidades, possui potencial significativo para inovação no campo e para a revitalização das áreas rurais, equilibrando as influências da modernidade com as tradições locais (Marin, 2020).

Considerando o contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os saberes dos estudantes, jovens assentados, acerca da linha de crédito Pronaf Jovem, no município de Santana do Livramento/RS. O recorte do estudo, limitou-se a jovens que cursam o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, no assentamento Bom Será, localizado no 2º Distrito Itaquatiá, em Santana do Livramento/RS. A escola foi construída em agosto de 2001, ofertando o ensino fundamental e em 2009 passou a contemplar o ensino médio. Atualmente, a instituição possui estudantes de dez assentamentos rurais do município e alguns filhos de agricultores familiares (PPP, 2024).

Santana do Livramento se localiza no sudoeste do Rio Grande do Sul (RS), região conhecida como Campanha Gaúcha, que faz parte do Bioma Pampa, na Fronteira Oeste do RS, divisa entre Brasil e Uruguai. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o município possui 2.962 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 673.164 hectares. Destes, 1.746, aproximadamente 58% do total, enquadram-se na dinâmica da agricultura familiar, ocupando uma área de 56.494 hectares (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021). Santana do Livramento é o segundo maior município do estado em extensão territorial, além disso, possui o maior número de assentamentos¹ do estado, 30 assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que juntos, abrangem uma área total de 26.528 hectares e cerca de 907 famílias, com média de 29,3 hectares por lote (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021).

A relevância do estudo reside na necessidade de compreender o êxodo rural, fenômeno que impacta diretamente a sustentabilidade da agricultura familiar e o futuro das comunidades rurais. A evasão dos jovens do campo, motivada por fatores como a busca por melhores oportunidades e autonomia financeira, e a falta de remuneração adequada no trabalho familiar, representa um desafio crucial para a sucessão rural e a continuidade das atividades agrícolas (Troian *et al.*, 2011; Troian, 2014; Breitenbach e Troian, 2020).

Conforme Grisa e Schneider (2015), a agricultura familiar tem uma longa trajetória de reivindicação junto ao Estado brasileiro por uma política pública adequada à sua realidade para acesso ao crédito rural. Nesse contexto, o Pronaf Jovem representa uma política pública estratégica para promover a permanência dos jovens no campo. Uma vez que, conforme Araújo, Alencar e Vieira Filho (2020), o acesso ao Pronaf está associado ao aumento da produtividade e da renda familiar, fatores que podem influenciar positivamente a decisão dos jovens em permanecer e dinamizar o espaço rural.

No entanto, para que o Pronaf Jovem alcance os seus objetivos, é fundamental compreender a percepção dos jovens rurais sobre o programa e os seus mecanismos de acesso. A análise da eficácia do subprograma, a partir da perspectiva dos seus principais beneficiários, pode auxiliar na identificação de gargalos e propor melhorias que otimizem a sua implementação. Ao dar voz aos jovens rurais, esta pesquisa busca contribuir para o aperfeiçoamento de uma política pública essencial para o desenvolvimento sustentável do campo e a construção de um futuro promissor para a juventude rural.

O estudo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A seguir, discorre-se, sobre o crédito rural como política pública no Brasil, na sequência, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em seguida, aborda-se sobre a linha Pronaf Jovem e a sua relevância. O terceiro tópico descreve a metodologia adotada. Posteriormente são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Por fim, tecem-se as considerações finais seguidas pelas referências consultadas.

2. Crédito rural

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, representa um marco na política de crédito rural brasileira. Ao oferecer acesso a crédito agropecuário com juros acessíveis e condições de pagamento vantajosas, o SNCR buscou estimular o

¹ Um assentamento da reforma agrária é uma área distribuída pelo INCRA, composta por unidades agrícolas independentes dadas a famílias de baixa renda para moradia e cultivo. Os assentamentos transformam grandes propriedades rurais, promovendo novas formas de produção e interação social. As famílias recebem apoio técnico, crédito e infraestrutura, enfrentando desafios como a sucessão familiar e a permanência dos jovens. (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021).

investimento, o desenvolvimento, o armazenamento e a industrialização de produtos agropecuários, proporcionando aos produtores custeio e financiamentos que fortalecem a produção e melhoram a qualidade de vida no campo (Banco do Brasil, 2004).

Antes da criação do SNCR, o crédito rural estava disponível apenas no Banco do Brasil, seguindo as regras e objetivos da CREA. Porém alguns problemas como o período de quitação das dívidas, considerado insuficientes pelos agricultores, a utilização do crédito para aquisição de sementes, adubos, gados e custeio de entressafra contribuíram para a descontinuidade desta política de crédito. Outro incentivo para o fim do crédito foi que, para a indústria, ele permitia a aquisição de matérias-primas, reforma e compra de maquinários, como também um valor disponível para financiamento maior e havia mais prazos em comparação ao crédito agrícola (Redivo, 2018).

Entre 1965 e 1980, o crédito rural e as políticas públicas agrícolas no Brasil estavam predominantemente voltadas para a modernização da agricultura, através da adoção de tecnologias e aumento da produtividade, favorecendo os grandes produtores de *commodities*. Durante o Regime Militar, os pequenos agricultores e seus representantes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), tiveram pouca participação na formulação dessas políticas. A falta de inclusão dos agricultores familiares nas discussões resultou em um cenário em que as suas demandas e necessidades não eram atendidas. A política agrícola da época era influenciada por gestores públicos, acadêmicos e representantes de grandes interesses econômicos que priorizavam a modernização e a produtividade (Grisa e Schneider, 2015).

No final dos anos 1970, o cenário começou a se modificar com a Contag adotando uma postura mais combativa e reivindicando políticas públicas adequadas às necessidades dos agricultores familiares. A mudança de atitude se intensificou com a redemocratização do país na década de 1980, permitindo um maior engajamento da sociedade civil na formulação de políticas agrícolas, levando a negociações que resultaram na criação de programas específicos, como o Pronaf. A participação ativa de organizações como a Contag no Conselho Deliberativo do Pronaf é um exemplo de como essa abertura política possibilitou a influência direta dos agricultores familiares na formulação de políticas públicas (Grisa e Schneider, 2015).

O programa é um marco na intervenção e atenção do Estado brasileiro à agricultura familiar, que proporciona acesso a várias linhas de crédito, demonstrando a existência de um compromisso com diferentes grupos pertencentes a ela. O Pronaf e seus subprogramas, oferecem diferentes métodos de financiamento e pagamento aos agricultores familiares, auxiliando no desenvolvimento das propriedades rurais, incentivando a utilização de práticas sustentáveis e agroecológicas e diminuição do êxodo rural (Gazolla e Schneider, 2013; Aquino e Schneider, 2015; Aquino, Gazolla e Schneider, 2021).

Dessa forma, as políticas de crédito rural, em particular os programas destinados à agricultura familiar, representam um importante pilar da política agrícola nacional, conforme apontam Fossá *et al.* (2024). Ao considerar a importância do Pronaf ao segmento da agricultura familiar, retoma-se o papel do crédito rural na viabilização e ampliação da produção agropecuária, a partir do aporte de recursos financeiros. Apesar de sua relevância no contexto brasileiro, sua implementação ocorreu de forma tardia, como será explorado a seguir.

2.1. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

A agricultura familiar historicamente esteve às margens das ações do Estado e raramente figurava na agenda de desenvolvimento do país. A constituição de 1988 deu início a novos caminhos para a categoria social e reconheceu os seus direitos (Grisa e Schneider,

2015). Três protagonistas foram determinantes para alavancar essas mudanças: a academia, que evidenciou os problemas socioeconômicos enfrentados pelos pequenos produtores rurais; os próprios agricultores, com movimentos sociais e sindicalistas; e o Estado, que respondeu a essas demandas com novas políticas (Noskoski *et al.*, 2024).

A criação do Pronaf, por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, estabelece uma nova relação de tratamento entre o Estado brasileiro ao proporcionar uma linha exclusiva de financiamento à agricultura familiar (Aquino e Schneider, 2015). A implementação do Pronaf representou um marco na oferta de crédito rural para o segmento (Machado *et al.*, 2024). Ao financiar a modernização, capacitar agricultores e diversificar a economia familiar, o Pronaf impulsionou o desenvolvimento econômico e social de muitas famílias (Grisa; Wesz Junior e Buchweitz, 2014).

O Pronaf passou por um processo contínuo de desenvolvimento, com diversas atualizações que aprimoraram o acesso ao crédito. A flexibilização das normas financeiras e a ampliação do público beneficiário, por meio da simplificação dos procedimentos, foram aspectos centrais dessa evolução (Grisa, Wesz Junior e Buchweitz, 2014). O Pronaf oferece atualmente nove linhas de crédito, possibilitando o acesso de diversos pequenos agricultores ao crédito de custeio ou investimento. O Pronaf custeio, geralmente, são contratos com prazo de um ano para sua quitação, enquanto o Pronaf investimento permite o pagamento em até dez anos. Os prazos podem variar conforme a linha de crédito e os bens financiados (BNDES, 2024a). Para ter acesso ao crédito, é necessário que o indivíduo seja formalizado como um produtor rural familiar e que possua o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo, podendo ser produtores rurais familiares (proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados), pescadores, aquicultores, extrativistas, silvicultores, quilombolas, desde que cumpram com alguns requisitos, como ter renda bruta anual de até R\$ 500 mil, mão de obra familiar, residir no estabelecimento ou local próximo e a propriedade ter até quatro módulos fiscais (BNDES, 2024).

Conforme Fossá, Villwock e Matte, (2024), a disponibilização do crédito rural entre 2013 e 2022 apresentou um cenário de elevação no montante de crédito concedido. Durante o período avaliado, foram efetivados mais de 20,9 milhões de contratos, com montante financeiro ultrapassando R\$ 1,8 trilhão, mas houve uma redução no número de contratos durante o período, passando de 2.766.697 em 2013 para 1.908.325 em 2022. A análise destaca que a trajetória do crédito rural no Brasil é marcada por uma distribuição desigual entre as regiões. No período investigado, o crédito permaneceu concentrado na Região Sul do Brasil, com recursos destinados massivamente a monoculturas. Os três estados do Sul, os estados do Centro-Oeste (exceto o Distrito Federal), Minas Gerais e São Paulo no Sudeste, e Bahia e Tocantins representando as regiões Nordeste e Norte, respectivamente, são os que mais acessaram o crédito rural. Destarte, considerando a necessidade de mudanças e ampliação, a seguir, discorre-se, em especial, sobre o subprograma Pronaf Jovem.

2.2. Pronaf Jovem

A juventude rural tem ganhado destaque em diversos espaços sociais, incluindo debates acadêmicos, movimentos sociais e a elaboração de políticas públicas. A participação ativa dos jovens é vista como fundamental na construção de políticas sociais, consolidando o paradigma do jovem como detentor de direitos (Barcellos, 2021). O Pronaf Jovem foi criado com o objetivo de melhorar as condições de permanência dos jovens no campo, financiar investimentos em atividades agrícolas e fortalecer a agricultura familiar, disponibilizando recursos para que os jovens possam concretizar seus projetos. Apesar dos objetivos do programa, os jovens enfrentam diversas dificuldades para acessar o crédito, incluindo

burocracia excessiva, exigências rigorosas dos agentes financeiros e critérios inadequados às suas necessidades (Marin, 2020).

Estudos de Gugel *et al.* (2017), Fossá, Badalotti e Tonezer (2018) e Marin (2020), apontam a necessidade de aprimorar o acesso ao Pronaf Jovem. As melhorias sugeridas incluem a desburocratização dos documentos, o aumento da capacitação dos jovens, a assistência na execução de projetos e a ampliação da margem de crédito. O Pronaf Jovem passou por evoluções significativas, na sua criação atendia jovens de 16 a 25 anos, com crédito limitado a R\$6.000,00 e juros de 1% ao ano, permitindo um único acesso. Em 2007, a faixa etária foi expandida para 16 a 29 anos. Já em 2024, o programa permite crédito de até R\$30 mil, com juros de 3% ao ano e até três financiamentos por beneficiário, desde que o contrato anterior esteja quitado (BNDES, 2024b).

Segundo Gugel *et al.* (2017), no ano de 2016, 10,4% dos contratos do Pronaf foram destinados a jovens de até 29 anos. Embora o Pronaf Jovem tenha poucos contratos efetivados, diversos jovens agricultores preferem outras linhas de crédito do Pronaf. Essa escolha é motivada por limites de financiamento mais apropriados às suas necessidades e pela menor burocracia em outros subprogramas.

Uma parcela dos jovens agricultores acessa outras linhas de crédito do Pronaf, sejam pelos limites de financiamento das mesmas (muitas vezes mais adequados às suas necessidades), pela existência de entraves burocráticos menos rígidos ou pela “posição” ocupada por estes jovens como gestores na sucessão das unidades familiares de produção (Gugel *et al.*, 2017, p. 9).

Ao comparar o Pronaf Jovem com o subprograma Pronaf Mais Alimentos, nota-se uma diferença significativa nos valores. O Mais Alimentos oferece até R\$ 450 mil para atividades específicas, R\$ 80 mil para moradia e R\$ 250 mil para outras finalidades, com juros de 2,5% a 6%. Já o Pronaf Jovem limita-se a R\$ 25 mil para implantação, ampliação ou modernização de atividades agropecuárias (BNDES, 2024b). Barcellos (2021) analisou a formulação da política de crédito rural para jovens rurais, destacando aspectos históricos e a interdependência entre os atores políticos. A análise do Pronaf Jovem revela desafios como burocracia, falta de transparência, preconceito geracional e dificuldades com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)², temas recorrentes, conforme apontam estudos acadêmicos e avaliações de movimentos sociais. Isso posto, na sequência, apresenta-se a metodologia adotada neste estudo.

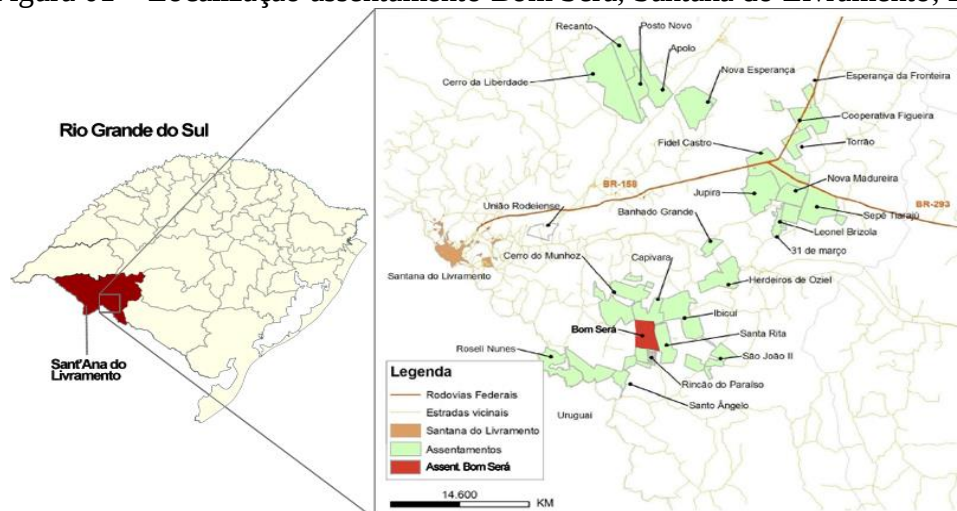
3. Metodologia

O estudo se caracteriza pela utilização de método misto, que combina as abordagens quantitativas e qualitativas. Essa metodologia pode ser aplicada em qualquer área do conhecimento, na busca por solucionar problemas ou construir teorias, a partir de lacunas teórico-práticas (Johnson *et al.*, 2007; Galvão, Pluye e Ricarte, 2018). Para analisar o saber dos estudantes, jovens assentados, acerca da linha de crédito Pronaf Jovem, o estudo se limitou a jovens que cursam o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, no assentamento Bom Será, localizado no 2º Distrito Itaquiatiá, em Santana do Livramento/RS (Figura 01). A escola possui 135 estudantes matriculados, sendo 54 no ensino

² Em 2022 a DAP deixou de ser emitida e foi substituída pelo Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). O cadastro passou a ser a principal ferramenta do agricultor familiar para o acesso a ações, programas e políticas públicas de geração de renda e fortalecimento da agricultura familiar. A implementação do CAF ocorre de forma gradativa e regionalizada (Brasil, 2022).

médio e os demais no ensino fundamental. Foram aplicados questionários estruturados contendo questões abertas e fechadas, no dia 12 de agosto de 2024.

Figura 01 – Localização assentamento Bom Será, Santana do Livramento, RS



Fonte: Adaptado de Aguiar (2011, p. 34).

Foram aplicados questionários estruturados contendo questões abertas e fechadas, no dia 12 de agosto de 2024, a 41 estudantes regularmente matriculados nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Isto é, participaram da pesquisa, todos os presentes em aula no dia da aplicação do questionário, representado 75,93% do total estudantes, conforme mostra a Tabela 01.

Tabela 01 – Alunos matriculados no ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS

Turma	Total de estudantes matriculados	Total de estudantes respondentes – etapa questionário	Estudantes entrevistados
Alunos do 1º ano	23	19	2
Alunos do 2º ano	16	10	-
Alunos 3º ano	15	12	-
Total	54	41	2

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Os dados quantitativos foram analisados a partir da estatística descritiva, no qual foram examinadas as variáveis relacionadas ao perfil dos jovens, como a idade, nível escolar, renda familiar, assim como os conhecimentos sobre o Pronaf Jovem. Dos estudantes que responderam à pesquisa quantitativa, dez jovens (cerca de 24%) afirmaram conhecer o Pronaf Jovem. Esses estudantes foram convidados a participar da etapa qualitativa da pesquisa, que consistiu em entrevista. Dois estudantes aceitaram o convite e foram entrevistados.

As entrevistas foram realizadas no dia 16 de outubro de 2024, na escola, por meio de roteiro semiestruturado, elaborado previamente, como base na literatura. O roteiro de entrevista buscou entender a experiência e a percepção dos jovens em relação ao Pronaf Jovem, abrangendo questões relacionadas ao acesso a informações; à experiência com o crédito; a sugestões de melhoria e ao impacto do programa no desenvolvimento da agricultura familiar e na permanência dos jovens no campo. Para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa, os jovens foram renomeados como entrevistado 01 e entrevistado 02, seguindo a

ordem de realização de entrevista. As entrevistas foram transcritas e a análise foi conduzida a partir de uma aproximação da análise de conteúdo de Bardin (2011). Os dados foram organizados, agrupando as respostas em categorias.

4. Conhecendo os jovens rurais: perfil, participação familiar e conhecimento sobre o Pronaf Jovem

A juventude rural traz em sua essência um conjunto de experiências individuais e coletivas, caracterizando-se como um agente importante na continuidade das atividades produtivas familiares. O resgate de suas experiências é fundamental para fortalecer a sua identidade rural, perante o cenário constantemente desafiador enfrentado pela agricultura familiar (Drebes e Oliveira, 2018). Logo, compreender as transformações que ocorrem no cenário rural é essencial para entender o anseio dos jovens do campo em realizar atividades produtivas e permanecer nesse ambiente. Isto possibilita a criação de estratégias e políticas públicas direcionadas a esse grupo, reduzindo os esvaziamentos dos espaços rurais e promovendo um desenvolvimento baseado em oportunidades para esses jovens (Costa, Corbari e Zonin, 2021). A Tabela 02, a seguir, sintetiza a distribuição dos participantes da pesquisa, revelando que a maioria (85,4%) têm entre 15 e 17 anos, com uma leve predominância feminina. A maioria dos participantes é solteira (97,6%), sendo que 31,7% namoram e apenas 2,4% são casados. Quanto ao ano escolar, 46,3% cursam o 1º ano do ensino médio, 24,4% o 2º ano e 29,3% o 3º ano.

Tabela 02 – Perfil dos jovens estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS

Variáveis	Descrição	Porcentagem (%)	Número de respostas
Sexo	Masculino	46,3%	19
	Feminino	53,7%	22
Idade	15 anos	24,4%	10
	16 anos	31,7%	13
	17 anos	29,3%	12
	18 anos	7,3%	3
	19 anos	4,9%	2
	22 anos	2,4%	1
Estado civil	Solteiro (a)*	97,6%	40
	Casado (a)	2,4%	1
Escolaridade	Alunos do 1º ano	46,3%	19
	Alunos do 2º ano	24,4%	10
	Alunos do 3º ano	29,3%	12

*Do total de solteiros(as), 13 jovens (31,7%) namoram.

Fonte: Elaboração Própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Ao comparar os dados da pesquisa com o Censo Escolar de 2023, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), no segundo semestre de 2023, observa-se que 83,6% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentam o ensino médio em escolas estaduais no Brasil, o que se alinha ao perfil dos respondentes do estudo. Para entender melhor o público-alvo, os jovens foram questionados sobre sua participação na gestão da propriedade familiar, cujos resultados se encontram na Tabela 03.

Tabela 03 – Gestão e participação dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS, nas atividades do lote

Variáveis	Descrição	Porcentagem (%)	Número de respostas
Proprietário do lote	Pai	43,9%	18
	Mãe	19,5%	8
	Pai e Mãe	14,6%	6
	Família*	4,8%	2
	Avós	7,3%	3
	Aluno	2,4%	1
	Patrão	2,4%	1
	Não respondeu	4,8%	2
Quem faz a gestão do lote?	Pai	43,9%	18
	Mãe	17%	7
	Pai e Mãe	12,1%	5
	Família	12,1%	5
	Avós	2,4%	1
	Aluno	2,4%	1
	Patrão	2,4%	1
	Tio	2,4%	1
Participação nas atividades do lote	Não responderam	4,8%	2
	Sim	97,5%	40
	Não	2,5%	1

*Família: refere-se aos pais e irmãos que administram a propriedade juntos.

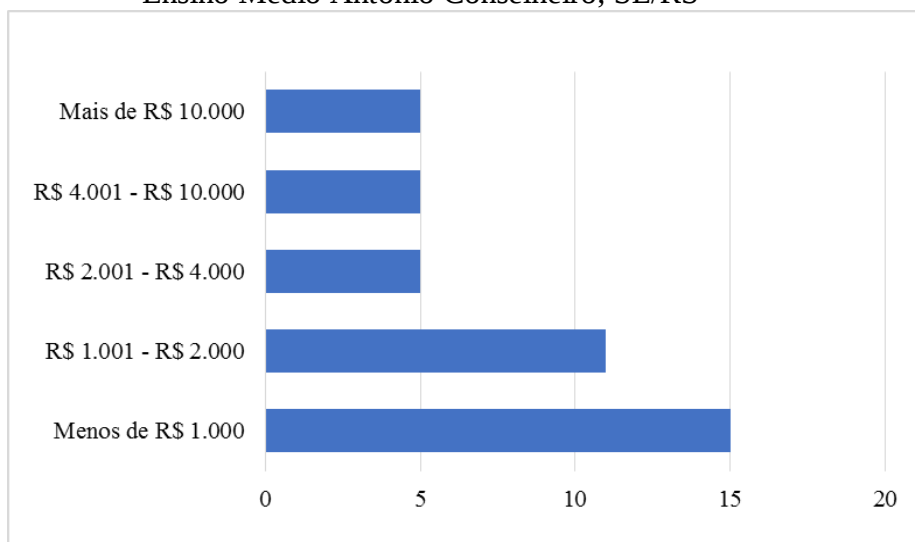
Fonte: Elaboração Própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

A Tabela 03 revela que a figura paterna é predominante na posse e gestão da propriedade familiar, com 43,9% em ambas as categorias. A presença materna também é significativa, com 19,5% dos lotes em sua posse e 17% sob sua gestão. Além disso, há casos de parentes responsáveis pela posse e gestão. Independentemente do responsável, 97,5% dos jovens assentados participam das atividades diárias do lote.

Breitenbach e Troian (2020), em pesquisa realizada no município de Santana do Livramento/RS, evidenciaram que 78% dos jovens rurais participam das atividades da unidade de produção, porém quando se trata da gestão da propriedade, o número diminui, consideravelmente, para 42,4%. O estudo também revelou que há jovens que nunca participaram da tomada de decisão na unidade produtiva familiar.

Miecoanki e Moraes (2019), apontam que os jovens rurais geralmente começam a trabalhar na unidade de produção desde cedo. Nesse momento, eles aprendem sobre a parte econômica e produtiva propriedade rural, além de entender as dificuldades da atividade. Para as autoras, é importante notar que as mulheres jovens do campo deixam o cenário rural mais cedo que os homens, configurando o que se conhece como masculinização da população rural. A seguir, o Gráfico 01 apresenta a renda média mensal familiar dos respondentes da pesquisa.

Gráfico 01 – Renda média mensal familiar dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS

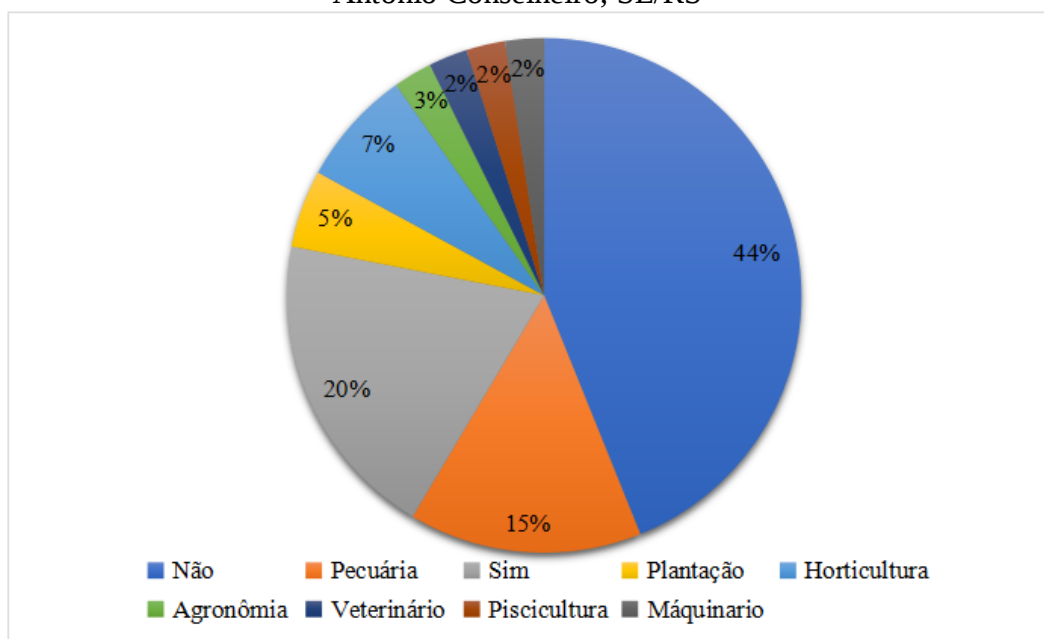


Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

A renda média mensal familiar da maioria dos jovens rurais participantes da pesquisa é de até R\$ 1.000 (36,6%). Além disso, 26,8% pertencem a famílias com renda entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000. Juntos, esses dois grupos representam mais de 60% dos respondentes, evidenciando a predominância de famílias com baixa renda. Nas faixas de renda mais altas há uma distribuição parecida, 12,2% dos jovens têm renda familiar entre R\$ 2.001 e R\$ 4.000, o mesmo percentual para as famílias que ganham entre R\$ 4.001 e R\$ 10.000 ou mais de R\$ 10.000. Isso demonstra que a distribuição de renda entre as famílias dos jovens participantes é predominantemente baixa.

O estudo realizado por Silva, Antoniazzi e Novak (2019) em Ji-Paraná (RO) revelou que a intenção de permanecer no campo varia significativamente entre diferentes grupos de renda. Enquanto 40% dos agricultores familiares com renda inferior a um salário mínimo não pretendem continuar na atividade rural, apenas 5% dos que ganham entre três e seis salários mínimos compartilham dessa intenção. O cenário evidencia a influência da realidade econômica familiar na decisão dos jovens. O Gráfico 02, a seguir, apresenta dados sobre os projetos agrícolas dos jovens.

Gráfico 02 – Projeto agrícolas desejáveis dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS



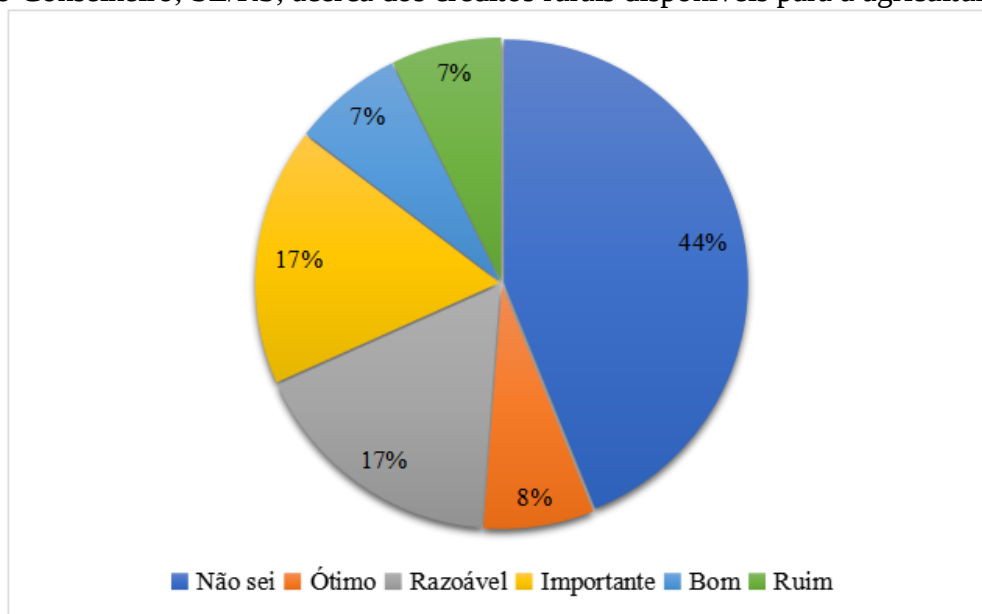
Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo, 2024.

O Gráfico 02 indica que 18 jovens (44%) dos respondentes não têm projetos agrícolas em vista, enquanto oito alunos (20%) têm ideias não especificadas. Entre os projetos específicos, a pecuária se destaca (15%), seguida por horticultura (7%) e plantação (5%). Outras áreas de interesse incluem agronomia, veterinária, piscicultura e máquinas agrícolas (3,1% cada). Embora os jovens apresentem diversos interesses, a maioria não possui projetos agrícolas específicos. Resultado similar foi encontrado por Marin (2020), no qual 52,4% dos jovens rurais priorizam a educação formal para buscar carreiras mais valorizadas fora da agricultura, o que pode explicar a baixa adesão a projetos agrícolas.

Cabe destacar que o interesse de alguns jovens pela pecuária remete à relevância da pecuária leiteira e de engorda na região Campanha Gaúcha (Cupsinski, 2015; Troian e Breitenbach, 2018). A menção à plantação provavelmente se refere ao cultivo da soja, hegemonia do agronegócio brasileiro, que se expandiu significativamente no município de Santana do Livramento, impulsionando investimentos e transformando o cenário agrícola local. Segundo Monteblanco (2013), a estrutura produtiva histórica da região, centrada na pecuária extensiva, produção de lã, arroz e soja, permanece inalterada. Predominantemente composta por grandes propriedades rurais, a região negligencia os pequenos estabelecimentos rurais, que sofrem com crises econômicas, problemas ambientais e sociais, além da ausência de políticas públicas específicas.

A expansão da monocultura da soja no município levanta sérias preocupações sobre as mudanças no Bioma Pampa. A soja tem o potencial de causar erosão dos solos, degradação da qualidade da água e redução das pastagens naturais (Maia, Troian e Maciel, 2024). Antes da expansão do cultivo, o Pampa Gaúcho era caracterizado por extensas áreas de pecuária, que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento local e na conservação da biodiversidade (Santo, 2023). Posto isso, o Gráfico 03, na sequência, apresenta a percepção dos estudantes sobre o crédito rural disponível para a agricultura.

Gráfico 03 – Percepção dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS, acerca dos créditos rurais disponíveis para a agricultura



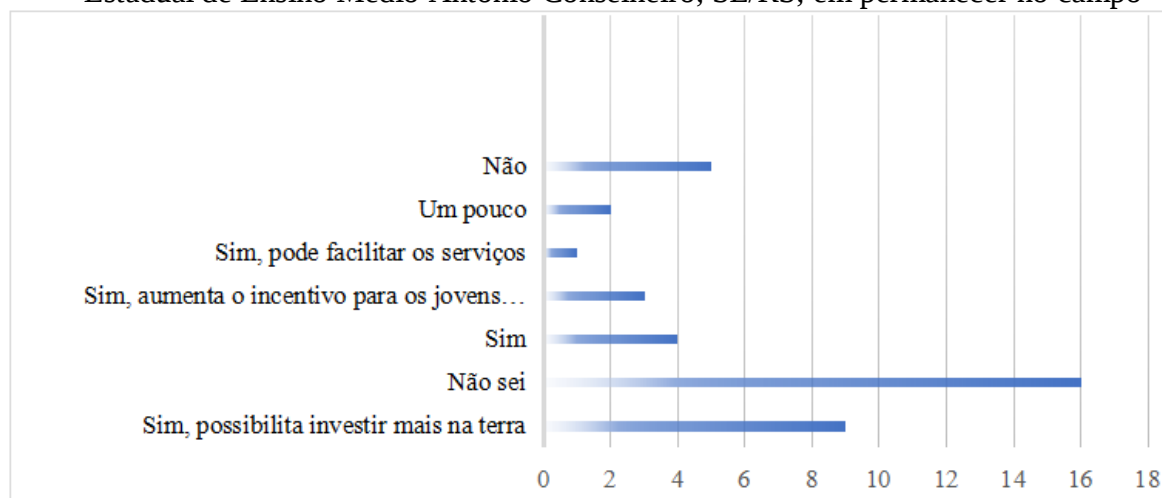
Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo, 2024.

O Gráfico 03 evidencia que a maioria, 18 jovens (44,1%), não soube avaliar a relevância do crédito agrícola para o desenvolvimento das atividades produtivas. O fato se deve, possivelmente, à baixa participação na gestão da propriedade rural. Entre os que opinaram, sete jovens (17%) consideraram o crédito razoável e o mesmo percentual considerou como importante para a unidade de produção. Além disso, 8% dos jovens avaliaram o crédito como ótimo e 7,3% como bom e ruim, respectivamente. A pesquisa também demonstra um significativo desconhecimento sobre o Pronaf, uma vez que 26 jovens (63,4%) afirmaram não saber o que é o programa, e apenas 15 estudantes (36,6%) o conhecem. Sugere-se que a falta de conhecimento é natural, uma vez que os jovens não percebem a relevância do crédito rural para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O conhecimento sobre o Pronaf Jovem é ainda mais limitado entre os estudantes, 31 jovens (76%) nunca obtiveram qualquer informação sobre o crédito. E apenas dez jovens (24%) conhecem o programa, principalmente, através de informações compartilhadas no ambiente familiar e escolar. Cabe frisar que o baixo conhecimento sobre o Pronaf Jovem, observado na pesquisa, era esperado e corrobora com o estudo de Marin (2020), que identificou o desconhecimento dos jovens rurais sobre crédito rural. Em harmonia, Gugel *et al.* (2017), argumentam que essa falta de informações se reflete no número reduzido de contratos efetivados, como, por exemplo, no estado de Santa Catarina, em que somente 194 contratos do Pronaf Jovem foram realizados, entre os anos de 2004 e 2016, representando 0,013% do total das linhas do Pronaf no mesmo período.

Na sequência, os participantes do estudo foram questionados sobre o desejo de acessar recursos financeiros para investir no lote familiar ou custear a produção, via Pronaf Jovem. Apesar do interesse de 20 jovens (48,8%) em utilizar o programa para os fins apontados, a adesão é extremamente baixa, 39 jovens (95,1%) desconhecem a existência do crédito, e apenas dois (4,9%) conseguiram acessá-lo para custeio da produção. A dificuldade de acesso ao Pronaf Jovem, devido à burocracia e aos limites de financiamento inadequados, é apontada por estudos anteriores (Gugel *et al.*, 2017; Marin, 2020), como os principais fatores desmotivadores para os jovens. O Gráfico 04, a seguir, explora como o acesso ao crédito do Pronaf Jovem afeta a decisão dos jovens de permanecer no campo.

Gráfico 04 – Acesso do Pronaf Jovem e o desejo dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS, em permanecer no campo



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

O Gráfico 04 revela que 19 jovens (46,3%) indicaram que o acesso ao crédito pode aumentar a sua vontade de permanecer no campo. Dentre eles, para nove estudantes (21%), os motivos se relacionam à possibilidade de investir na terra – na unidade de produção familiar; três (7%) destacaram aumentar o incentivo para os jovens permanecerem no campo; dois jovens mencionaram que o crédito ajudaria “um pouco”; um jovem sinalizou para um maior incentivo e facilidade nos serviços; e quatro jovens responderam positivamente, mas sem fornecer maiores justificativas. No entanto, 16 jovens (39%) não souberam avaliar o impacto do crédito e cinco (12,2%) afirmaram que o Pronaf Jovem não influencia a sua decisão de permanecer no campo.

A incerteza dos jovens rurais sobre o impacto do crédito na permanência no campo pode estar relacionada às dificuldades enfrentadas no cenário rural, como os problemas vinculados à saúde, acesso ao lazer, às precárias condições das estradas rurais e ao trabalho braçal intenso, realidade na agricultura familiar. Assim, a busca por melhores condições econômicas e qualidade de vida leva os jovens a migrarem para a cidade, intensificando o êxodo rural (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021).

Em pesquisa que buscou identificar fatores que influenciam a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo, Breitenbach e Corazza (2020), por outro lado, destacam alguns condicionantes que motivam os jovens do Rio Grande do Sul a permanecer no cenário rural. Dentre os motivos elencados, destacam-se: o lazer, a tranquilidade e a qualidade de vida no campo; a alimentação saudável e a moradia barata; a agricultura como boa alternativa de renda; as relações de confiança construídas com os vizinhos e a comunidade; a valorização das tradições familiares; a boa remuneração das atividades no campo; e o gosto pela profissão de agricultor. Portanto, conforme as autoras, outros fatores, além das políticas públicas, são mais importantes para motivar os jovens a permanecerem no campo.

Em relação ao impacto do Pronaf Jovem na decisão de desenvolver atividades rentáveis no campo, 31 jovens (75,6%) afirmaram que o crédito ajudaria. De forma específica, 19 jovens (46,3%) acreditam que o Pronaf Jovem contribui diretamente para essa decisão, enquanto 12 jovens (29,3%) discordaram. Para mais, dez jovens (24,4%), manifestaram-se indecisos sobre permanecer no campo. Marin (2020), destaca que apesar do reconhecimento da influência do crédito na decisão de permanecer no campo, os jovens também expressam

descontentamento com a dificuldade de acesso e dúvidas sobre como investir os recursos para obter lucro.

Silva (2025), em pesquisa realizada com 17 jovens do ensino médio, residentes em assentamentos de reforma agrária no município de Tamandaré (PE), constatou que apenas dois jovens conheciam o Pronaf Jovem e nenhum acessou à linha de crédito. Os jovens também relataram dificuldades em viver no campo, incluindo desafios como o acesso ao crédito rural pela família, a ausência de espaços para a comercialização, a falta de assistência técnica e de boas estradas rurais e outros serviços que poderiam melhorar a qualidade de vida e a rentabilidade de suas unidades produtivas. Destarte, os jovens rurais foram estimulados a sugerirem ideias para melhorar o acesso e a visibilidade da linha de crédito Pronaf Jovem. As sugestões foram organizadas na Tabela 04.

Tabela 04 – Formas para potencializar a visibilidade do Pronaf Jovem entre os jovens rurais, na percepção de estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL, RS

	Como	Porcentagem (%)	Número de respostas
Formas para potencializar a divulgação do Pronaf Jovem	Pelas mídias sociais	7,3%	3
	Pela escola	4,9%	2
	Com mais divulgação	12,2%	5
	Saindo os projetos	4,9%	2
	Com os jovens mostrando mais interesse em permanecer no campo	2,4%	1
	Não sabem responder	68,3%	28

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Para potencializar a visibilidade da linha de crédito Pronaf Jovem, os estudantes sugeriram maior divulgação (12,2%), uso de mídias sociais (7,3%) e a disseminação de informações nas escolas (4,9%). A implementação de projetos do Pronaf (4,9%) e o interesse dos jovens pelo campo (2,4%), também foram mencionados. Contudo, a maioria (68,3%) não soube sugerir formas específicas de divulgação, evidenciando uma possível falta de conhecimento sobre o programa.

Embora todos os jovens (41) apreciem viver no campo, esta pesquisa revela uma discrepância entre o gosto pela vida no espaço rural e a intenção de permanecer. Posto que, apenas 26 jovens (equivalente a 63,41%) desejam ficar no campo. No entanto, 31 jovens (75,61%) acreditam que o acesso ao Pronaf Jovem aumentaria seu desejo de permanecer. Estudos como o de Troian *et al.* (2011) corroboram que a estabilidade econômica familiar influencia positivamente a decisão de permanecer, enquanto dificuldades financeiras motivaram a migração para a cidade em busca de melhores oportunidades.

Complementarmente, para Breitenbach e Corazza (2020), diversos os jovens têm motivações para um futuro laboral fora do meio rural, sendo as principais, as dificuldades e incertezas relacionadas ao trabalho agrícola; mais possibilidades de inserção no trabalho urbano; facilidade de acesso ao estudo e às comodidades no meio urbano. O desejo de morar, estudar e trabalhar na cidade, bem como as possibilidades de crescimento profissional, para muitos jovens, supera as expectativas de futuro no meio rural.

Apesar da percepção positiva do Pronaf Jovem como incentivo à permanência no campo, 21 jovens (51,22%) ainda têm dúvidas sobre como o programa pode contribuir para atividades rentáveis. Essa incerteza, comum em outras pesquisas, reflete a falta de clareza e de informação sobre o programa, gerando insegurança entre os jovens (Marin, 2020). A seguir, a

próxima seção, aborda a etapa qualitativa da pesquisa, com a percepção dos dois estudantes que manifestaram conhecer o Pronaf Jovem.

4.2 Os entraves e desafios do Pronaf Jovem em Santana do Livramento

No contexto da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o ambiente rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, a juventude rural, tem o potencial de contribuir com a geração de trabalho e renda, ao fortalecer o associativismo e o cooperativismo e ao acessar diferentes mercados, podendo, assim, dinamizar a economia local e melhorar as condições de vida da população rural. Assim sendo, os dois estudantes que manifestaram conhecer o Pronaf Jovem, foram convidados a compartilhar as suas percepções sobre o programa. Embora ambos os estudantes tenham declarado conhecer o Pronaf Jovem, as entrevistas revelaram que apenas um deles possuía real conhecimento sobre o programa. Além disso, o seu saber se restringia às linhas de crédito tradicionais, demonstrando desconhecimento em relação à linha específica para os jovens.

Os estudantes, jovens rurais, ao serem perguntados sobre o que eles conheciam do Pronaf Jovem, um deles respondeu: “*nada*” e o outro externalizou que conhecia o Pronaf, de modo geral, mas pouco sobre as linhas de crédito que o programa oferece: “*só Pronaf normal*”, respondeu o entrevistado 01. Além disso, os entrevistados foram questionados sobre a obtenção de informações ou orientação sobre o Pronaf Jovem. Os dois entrevistados responderam que já haviam recebido algum tipo informação sobre a linha de crédito, um menciona que soube através dos pais e o outro relata ter sido por telefone.

Os entrevistados foram questionados sobre a forma que as informações chegaram até eles. Um dos entrevistados indicou a família: “*como eu participo do que eles lidam, a gente lida com gado e eu entro pra pegar experiência*” (Entrevistado 01). Já para o outro jovem foi via terceiros, através do e-mail: “*foi no e-mail, eu acho*” (Entrevistado, 02).

Os entrevistados não possuíam experiência prévia com o Pronaf Jovem, desconhecendo casos de acesso ao crédito por familiares ou conhecidos. No entanto, um dos entrevistados compartilhou a sua experiência com a linha tradicional do Pronaf: “*No Pronaf normal, quando começaram a lidar, não tinham informação e auxílio daí tinham dificuldades, mas hoje não tem tanto*” (Entrevistado 01).

Para facilitar o acesso à linha de crédito Pronaf Jovem e atender às expectativas e às necessidades jovens rurais, os estudantes foram convidados a oferecer sugestões para melhorar o acesso ao programa. Um deles destacou a necessidade de maior divulgação: “*Divulgação, anúncio no telefone nas redes sociais, se fosse falado nas escolas*” (Entrevistado 2). Para o outro entrevistado é fundamental que haja pessoas disponíveis e capacitadas para explicar aos jovens o que é o Pronaf Jovem:

Ter uma pessoa que explique pros jovens, que que é isso. Porque a maioria dos jovens hoje em dia não sabem o que é Pronaf jovem, até o dia em que respondi o questionário, fui pesquisar para saber o que era. A maioria das pessoas que mora no campo é difícil o acesso no Pronaf normal, tinha que ser mais acessível. Os mais velhos têm mais dificuldades (Entrevistado 01).

Para ambos os participantes da segunda etapa da pesquisa, a política de crédito rural pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e a permanência dos jovens no meio rural: “*acho que pode*” (Estudante 02). Logo, eles foram questionados sobre de que maneira isso seria possível: “*Se os jovens se interessarem e buscarem acho que sim, entrarem em sociedades pode ser mais fácil, eu acho*” (Entrevistado 01). Assim como, “*eles poderiam fazer alguma agroindústria, empreendedorismo no campo, ter mais lazer no campo*” (Entrevistado 02). Destarte, urge-se o papel ativo dos gestores públicos nas mais diferentes

esferas, na formulação de políticas públicas que realmente atinjam o seu público-alvo. Nesse sentido, os gestores devem estar convictos do reconhecimento da juventude rural como agentes da transformação social, incorporando os jovens no acesso de políticas públicas eficazes. Somente assim, esses jovens estarão envolvidos em novos arranjos sociais e políticos (Martins, 2021).

Por fim, a presente pesquisa reforça os resultados prévios sobre o tema. Fossá, Matte e Mattei (2022), em análise sobre as operações do Pronaf Jovem no cenário nacional, verificaram a efetivação de apenas 1.998 contratos no período entre 2013 e 2020, em nível nacional, demonstrando a ineficácia do programa. A partir da realização de um estudo em uma região central do estado do Rio Grande do Sul, Marin (2020), considera que o Pronaf Jovem não passa de uma boa intenção, não apresentando os resultados esperados. A baixa adesão ao programa, refletida no número reduzido de contratos, demonstra a necessidade de melhorias para que o Pronaf Jovem atinja os seus objetivos.

5. Considerações finais

Os jovens desempenham papel crucial no desenvolvimento rural e suas decisões impactam o futuro da agricultura. O conhecimento sobre políticas de crédito rural é fundamental para sua permanência no campo. No entanto, no município de Santana do Livramento/RS, estudantes de escolas rurais demonstram desconhecimento dessas políticas. A pesquisa revelou que apenas dez dos 41 jovens assentados (24%) conheciam o Pronaf Jovem, o que impacta diretamente a sua decisão de permanecer na zona rural. A falta de conhecimento sobre o programa agrava as dificuldades de acesso a crédito enfrentadas por agricultores assentados que, geralmente, não possuem capital consolidado.

O estudo também evidenciou que há um interesse significativo dos jovens em permanecer no campo (63,41%) e desenvolver projetos agrícolas (56%). Nesse contexto, o Pronaf Jovem pode ser um instrumento crucial, já que 47,5% dos jovens reconhecem a importância do crédito e acreditam que ele aumentaria seu desejo de permanecer no campo. O interesse individual dos jovens e o incentivo familiar desempenham um papel fundamental no acesso ao crédito. As entrevistas mostraram que apenas um estudante se interessou em pesquisar sobre o Pronaf Jovem após o questionário, impulsionado pelo acesso e incentivo familiar ao Pronaf.

Os resultados reforçam os entraves e desafios do acesso ao crédito. Segundo os jovens rurais, a falta de informações básicas sobre o Pronaf Jovem, como quem pode acessar e o valor máximo do crédito, impede o aumento da demanda pelo programa. Os achados da pesquisa ratificam necessidade de maior clareza e transparência sobre o funcionamento do crédito. As dificuldades burocráticas enfrentadas pelos pais no acesso a outras linhas de crédito do Pronaf, contribuem para a dificuldade de acesso ao crédito rural para os jovens. Uma vez que, dez jovens pretendem migrar para a cidade, pois não acreditam que o Pronaf Jovem influenciará na sua decisão de permanecer no campo.

Por fim, ressalta-se a necessidade de pesquisas futuras que abordem a perspectiva governamental, investigando como os gestores públicos estão buscando soluções para os desafios enfrentados pelos jovens rurais, especialmente os assentados da reforma agrária. A falta de titulação de terras em Santana do Livramento levanta questões sobre o acesso dos jovens assentados ao Pronaf Jovem e, o desconhecimento do programa, pode estar ligado à desmotivação devido à falta de garantias de permanência nos lotes.

Referências

AGUIAR, J. S. **Uso da terra, técnica e territorialidade:** os assentamentos de Santana do Livramento, RS. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

AQUINO, J. R. de; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I Planaplo. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, 2021.

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 53-81.

ARAÚJO, J. A.; ALENCAR, M. O. de; VIEIRA FILHO, J. E. R. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, RS, v. 25, p. 2009-2034, 18 dez. 2020.

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.1, n.4, p10-17, 2004.

BARCELLOS, S. B. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf jovem em debate. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, [S. l.], n. 48, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Lisboa edições, 2011.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento. **Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2024a. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em 27 set. 2024.

BNDS. Banco Nacional de Desenvolvimento. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Pronaf Jovem**. Vigência: até 30 de junho de 2025, 2024b. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>. Acesso em: 13 set. 2024.

BRASIL, Ministério da Agricultura e Pecuária. **Declaração de Aptidão**. Emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional da Agricultura Familiar será encerrada em outubro. Publicado em 19 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/07/emissao-da-declaracao-de-aptidao-ao-programa-nacional-da-agricultura-familiar-sera-encerrada-em-outubro>. Acesso em: 06 mar. 2024.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 16, n. 3, p. 413-428, 2020.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Revista Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, v. 1, n. 56, p. 26-37, 18 dez. 2020.

CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. O Pronaf e a inserção técnico-produtiva nas unidades familiares de Sergipe. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 350-377, 28 set. 2020.

COSTA, P. I.; CORBARI, F.; ZONIN, V. J. Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. In.: ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar**. Curitiba: Appris, 2021

CUPSINSKI, T. C **Agricultura familiar**: uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento em Santana do Livramento/RS. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2015.

DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, n. 42, p. 375-404, 2018.

FERRON, J. da L.; TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Agricultura Familiar e Reprodução Social: Estratégias dos Assentados de Santana do Livramento/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 19, n.57, p. 138-155, 2021.

FOSSÁ, J. L.; BADALOTTI, R. M. TONEZER, C. As linhas alternativas do Pronaf em Santa Catarina: alcances e limites. **Acta Ambiental Catarinense**. Chapecó, SC, v. 15, n. 1, 2018.

FOSSÁ, J. L.; MATTE, A.; MATTEI, L. F. A trajetória do Pronaf: análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. **Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 29, n. 1, p. e1, 2022.

FOSSÁ, J. L.; TROIAN, A.; TAVARES, L. F.; RODRIGUES, M. da S.; MACIEL, M. D. A. Fortalecendo o quê? O Pronaf na capital nacional da agricultura familiar (Canguçu/RS). **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 1–21, 2024. DOI: 10.25070/rea.v22i1.19274

FOSSÁ, J. L.; VILLVOCK, A. P. S.; MATTE, A. Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, RS, v. 22, n. 60, 2024.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 8, p.4-24. 2018.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista De Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51 n.1, p. 45-68. 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p.125-146. 2015.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 323-346, 2014.

GUGEL, J. T. et al. Pronaf Jovem em Santa Catarina: abrangência, limites e desafios. In: **Anais...** do 55º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Brasília: SOBER. Santa Maria, RS, 30 de julho a 03 de julho de 2017.

JOHNSON, R., et al. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods**, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

MACHADO, B. de S. et al. Access and impact of Pronaf in Brazil: evidence on typologies and regional concentration. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.62, n.3, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.273994

MAIA, J. F.; TROIAN, A.; MACIEL, M. D. A. A Imaterialidade do Material: O Pampa Gaúcho na Prática e no Imaginário dos Agricultores e Pecuaristas Familiares Agroecológicos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 20, n. 1, 2024.

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v.58, n. 2, 2020. DOI: 10.1590/1806-9479.2020.187438

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021.

MATTEI, L. Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: o caso recente do PRONAF no Brasil. **Raízes**, Campina Grande, v. 35, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2015.

MIECOANKI, F. R.; MORAES, M. L. A permanência do jovem no campo: uma análise para a mesorregião sudoeste do Paraná. **Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, PE, v. 7, n. 2, p.154-176, 2019.

MONTEBLANCO, F. L. **O Espaço rural em questão**: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NOSKOSKI, L. E. C. et al. O Pronaf no estado do Rio Grande do Sul: uma revisão sistemática da literatura. **Revista de Gestão e Secretariado**, São José dos Pinhais, PR, v. 15, n. 5, p. e3836, 2024.

PPP. **Plano Político Pedagógico 2024 da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro**. Bom Será, Santana do Livramento, RS. 2024.

REDIVO, A. S. **A carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do estado desenvolvimentista no brasil entre 1937 e 1969**. 2018. Tese (Doutorado Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTO, T. C. **Panorama da expansão da soja no Brasil e no município de Sant'Ana do Livramento - RS.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, RS, 2023.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, SC, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SILVA, B. L. et al. Uma análise dos recursos do Pronaf pelo modelo de opção pública: de 1995 a 2020. **Revista Grifos**, Chapecó, SC v. 32, n. 60, p. 01-19, 2023.

SILVA, M. G. da. **Agroecologia, sucessão familiar e políticas públicas:** percepção dos jovens residentes em assentamentos de reforma agrária no município de Tamandaré, PE. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Agroecologia), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Barreiros, 2025.

SILVA, S. S. da; ANTONIAZZI, E. A.; NOVAK, M. A. L. O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, Criciúma, SC, v. 5, n. 2, p. 66–93, 2019.

TROIAN, A. **Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS.** 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789–802, 2018.

TROIAN, A. et al. Jovens e a tomada de decisão entre sair e permanecer no meio rural: um estudo de caso. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, MG, v.1, n. 2, 2011.